

ESTUDO DE CASO: EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Marluce Teixeira Andrade Queiroz¹

Carolina Andrade Queiroz¹

Felipe Andrade Queiroz¹

Camila Costa Amorim²

Monica Maria Diniz Leão²

Resumo: Este trabalho apresentou resultados obtidos nas capacitações dos colaboradores especializados em atendimento de grupos terapêuticos em unidades de pronto atendimento do Sistema Único de Saúde, Ipatinga, MG, Brasil. O objetivo desse trabalho foi explicitar para os treinados a relação entre a saúde ambiental e bem-estar social com ênfase no reaproveitamento de materiais não contaminados para minorar o volume ocupado em aterros sanitários. Constatou-se que a dinâmica da capacitação oportunizou ótica diferenciada quanto à importância do status ecológico. Além disso, o reconhecimento quanto à responsabilidade do indivíduo explicitada através da incorporação do reuso na prática individual, tal como, a produção de artefatos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Componentes Lúdicos; Gestão Proativa.

¹Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. E-mail: marluce.queiroz@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: pos-grad@desa.ufmg.br.

Introdução

A Constituição Federal do Brasil determina que a saúde seja direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. No país compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) assistência à saúde para toda população. O Ministério da Saúde do Brasil informa que o SUS é um dos maiores sistemas público do mundo, assegurando atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Desse modo integram o SUS, os centros e postos de saúde, os hospitais públicos – incluindo os universitários, os laboratórios e hemocentros (bancos de sangue), os serviços de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, além de fundações e institutos de pesquisa acadêmica e científica, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Vital Brasil. As ações desenvolvidas abrangem desde o simples atendimento ambulatorial até os procedimentos mais complexos, incluindo-se o transplante de órgãos, endossando a gratuidade independente do poder aquisitivo do usuário (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Sendo assim, o SUS compreende uma grande rede hospitalar sendo responsáveis os gestores públicos cuja dinâmica de prestação de serviços implica na interação de seus colaboradores com os atores sociais em regime de caráter contínuo e permanente através do rol de procedimentos que são realizados. Além disso, a realidade do SUS exige dinamismo para se adequar à flutuação da demanda por seus serviços e desse modo o enfrentamento de transformações, tais como, aspectos demográficos, epidemiológicos, nutricionais e tecnológicos (ALMEIDA, 2013). Entretanto, afora problemas estruturais são ainda detectadas necessidades quanto à capacitação dos seus colaboradores com relação ao descarte dos Resíduos dos Serviços de Saúde - RSS (DOURADO *et al.*, 2012).

A gestão apropriada quanto ao RSS exige que o processo educativo dos profissionais seja encarado como uma prática continuada para contribuir efetivamente com a saúde ambiental. Além disso, fomentar a interdisciplinaridade e desse modo contribuir para promover medidas de conservação dos recursos naturais com ações concretas pertinentes ao desenvolvimento suportado (PAIVA *et al.*, 2014).

As estratégias educativas sobre saúde ambiental devem refletir sobre os fatores desencadeadores do desequilíbrio entre fatores de produção e bem-estar social, fortalecendo o uso de práticas sanitárias que contribuem para a redução do consumo de matérias-primas, reuso e reciclagem de produtos manufaturados. A aplicação de capacitações para os trabalhadores do SUS idealizadas nessa perspectiva pode contribuir para a proteção e promoção saúde de forma integral às comunidades, e ainda favorecem a consolidação da consciência ecológica (SILVEIRA *et al.*, 2014). Tais ações devem ser praticadas com o mesmo nível de responsabilidade protegendo o ambiente

contra a degradação de modo que as gerações futuras não sofram os efeitos adversos dos agravos ambientais (AUGUSTO *et al.*, 2014).

O reconhecimento do problema se qualifica como detonador capaz de suscitar ações efetivas relacionadas com a proteção e promoção do ambiente saudável. A questão se mostra condição precípua para sociedade assistida através do SUS e desse modo alcançando a população em geral. A Constituição Federal do Brasil determina que o SUS deva colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho e, desse modo, é preciso que os processos de formação dos profissionais incluam práticas adequadas e seguras com relação aos RSS (KIND *et al.*, 2012).

A degradação do meio ambiente e suas repercussões na qualidade de vida explicitam a importância da conscientização da população quanto às ações de proteção dos recursos naturais. Surgem aí preocupações em relação ao desenvolvimento efetivo da educação ambiental em locais direcionados para o cuidado e manutenção da integridade humana. Especificamente esse trabalho discute o desenvolvimento de oficinas educativas direcionadas para promoção da saúde ambiental. Trata-se da análise das metodologias e resultados alcançados em atividades realizadas com profissionais especializados em saúde clínica, como enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, que atuavam em estabelecimentos localizados na Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), Minas Gerais, Brasil.

Segundo Lima *et al.* (2003) as metodologias aplicadas para o desenvolvimento da educação ambiental devem ser encaradas como um laboratório. Os pesquisadores enfatizam que as experiências devem ser disponibilizadas para a sociedade, oportunizando-se a adoção de práticas similares, contribuindo para a gestão proativa das disfunções que comprometem os ecossistemas.

Jacobi e colaboradores (2009) afirmam que o salto de qualidade do ambientalismo ocorre na medida em que se cria uma identidade crescente entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre os agravos ambientais e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas. Entende-se aí a importância da formação ambiental com uso de métodos que possibilitam o reuso/reciclagem e desse modo diminuindo o volume em aterros sanitários.

Dinâmica da oficina ambiental

As oficinas educativas foram realizadas por professores e graduandos do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste) vinculados aos projetos de extensão acadêmica direcionada para a formação ambiental. As atividades tinham como público alvo os trabalhadores efetivos do SUS que atuavam em unidades de pronto atendimento na cidade de Ipatinga, Minas Gerais, Brasil.

A capacitação correspondia a uma carga horária de 4h00, ocorrendo mensalmente entre março/2011 até julho/2012, sendo dez participantes em cada oficina educativa. As atividades não foram realizadas em janeiro/2012 período de férias escolares. Em função disso ocorreram doze capacitações com um total de cento e vinte participantes. Em cada uma das capacitações em primeira instância foi realizada a apresentação dos instrutores, participantes e conteúdo programático. Em sequência ocorria à dinâmica de integração, exposição dialogada do conteúdo programático incluindo estudo fotográfico, atividade de reaproveitamento de papel e retalhos conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Discriminação das etapas desenvolvidas na oficina ambiental.

Atividade	Duração
Apresentação dos instrutores, participantes e ementa	15 minutos
Dinâmica de integração	15 minutos
Exposição dialogada do conteúdo programático	1h30 minutos
Estudo fotográfico e debate orientado	30 minutos
Atividades de reaproveitamento de papel e retalhos	1h30
Carga horária	4 horas

Em relação ao estudo fotográfico foram utilizados registros da degradação de rios e nascentes pertencentes à RMVA. Diante dessa realidade foram realizadas ponderações sobre a relação entre os agravos ambientais e saúde da população. Em seguida, através de proposições formuladas pelos instrutores, ocorreu o debate orientado. Finalizando, atividades de reutilização de papel e retalhos da indústria de uniformes, viabilizando-se a confecção de porta-retratos e bloco de anotações. Foi explicitado para os participantes que os conteúdos e técnicas vivenciados deveriam ser replicados para a comunidade regional, nas unidades de saúde, através dos grupos terapêuticos assistidos por aqueles profissionais.

Resultados e discussões

Os profissionais do sexo feminino foram predominantes, nas capacitações realizadas correspondendo a 80% dos participantes. Em relação à idade constatou-se que 44% estavam na faixa de 18 até 29 anos; 32% entre 30 até 39 anos, 24% entre 40 até 49 anos e 8% com 50 anos ou mais (Figura 1). Esses achados exibiram concordância com estudos realizados por Barbosa *et al.* (2012). Os pesquisadores pontuam quanto às características de polarização vivenciada no SUS cujas atividades são exercidas por jovens ou terceira idade.

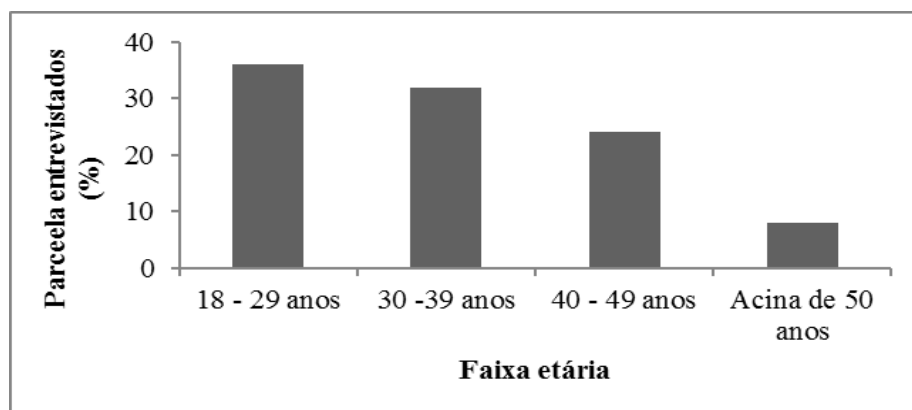


Figura 1: Distribuição dos entrevistados por faixa etária.

Com relação às especialidades profissionais foi verificado que a formação acadêmica era 60% de assistentes sociais, 28% enfermeiros e 12% psicólogos, sendo que todos trabalhavam com grupos terapêuticos formados em função do agravamento à saúde instaurado, tais como, portadores de hipertensão, diabetes e depressão, dentre outros. Nesses tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, ciberespaço, multimídia, internet, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida (JACOBI *et al.*, 2009). Tamaio (2000) afirma que, neste cenário o educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito de preservação da natureza. O fato de tratar-se de um grupo jovem e com formação superior indicou que haviam condições adequadas para que aquelas pessoas exercessem o papel de educadores nos seus locais de trabalho contribuindo para a modificação da realidade regional.

Através da dinâmica de apresentação, foi possível identificar a motivação de cada um dos participantes para a participação na oficina educativa, sendo verificado que as respostas eram muito positivas, explicitando a importância que os problemas ambientais assumiam para aquelas pessoas. Um aspecto relevante apresentado nos depoimentos é que a proposta de associar a veiculação de informações ambientais com a realização de atividades manuais implicava em uma condição de fácil aplicação nos grupos terapêuticos conduzidos por aqueles profissionais (Quadro 2).

Quadro 2: Motivação dos participantes para adesão à oficina educativa.

Motivação
Relação entre saúde e meio ambiente
Associação entre a discussão ambiental e realização de trabalhos manuais
Troca de experiências
Preocupação com o meio ambiente
Busca de conhecimento

Verificou-se também que aquelas pessoas reconheciam a relação entre saúde humana e o meio ambiente (Quadro 2) sendo citados exemplos, tais como, a significativa ocorrência de incêndios florestais na RMVA (Figura 2) favorecendo a absorção de substâncias químicas capazes de desencadear as afecções pulmonares (PINTO *et al.*, 2014).



Figura 2: Incêndio na fazenda Shalon na localidade do Ipanemão, Ipatinga, Minas Gerais.
Fonte: Queiroz *et al.* (2009).

Constatou-se que as metodologias utilizadas oportunizaram aos participantes interagir com diferentes circunstâncias do meio ambiente regional favorecendo a construção de referenciais capazes de produzir ações práticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental (LUZZI, 2012). Exemplificando, o estudo fotográfico de um dos rios regionais, o Rio Piracicaba, surpreendeu os participantes, em função da grande quantidade esgoto doméstico não tratado que é depositado diariamente naquele corpo d'água (Figura 3). É proposta que nas próximas oficinas educativas seja incorporada a realização de visitas em áreas degradadas. Acredita-se que esta prática deverá viabilizar a formulação de alternativas de proteção ambiental consistentes por parte dos profissionais do SUS.



Figura 3: Lançamento de esgoto doméstico no Rio Piracicaba, Minas Gerais.

Fonte: Queiroz (2006).

As oficinas também discutiram a questão dos resíduos não infectantes, inclusive os recicláveis, que devem ser acondicionados em lixeiras específicas. Os participantes pontuaram quanto à necessidade de aumentar as placas de sinalização quanto ao descarte correto para orientação de pacientes e acompanhantes. Isto reforçou a necessidade de um treinamento envolvendo a questão da segregação dos resíduos. Além disso, mostrou-se necessário dar atenção especial à temática da redução, reutilização e reciclagem. Sendo assim, a segunda fase da oficina alcançou grau de satisfação “excelente” entre os participantes e relacionou-se com a confecção de artefatos manuais com destaque para a confecção de blocos de anotações (Figura 4) que poderiam ser colocados em bolsas de passeio ou de viagem.



Figura 4: Blocos de anotações confeccionados na oficina educativa.

As práticas de reaproveitamento de resíduos não contaminados foram aprovadas pela totalidade dos entrevistados. Os participantes indicaram que nos grupos de pacientes é importante o desenvolvimento de ações associadas ao controle do stress e ansiedade. As reuniões terapêuticas incluindo atividades que ocupem o corpo e a mente faziam parte da rotina de trabalho daqueles profissionais. Sendo assim, todos afirmaram que era possível atuarem como multiplicadores em relação à formação em educação ambiental nas comunidades atendidas. A confecção de artefatos manuais permitiu a elucidação dos conceitos inerentes à redução do volume de resíduos como fator contributivo para a preservação da saúde ambiental.

Esses resultados são corroborados por diversas pesquisas científicas. Dias (2000) afirma que a eficácia do ensino da educação ambiental na conscientização e formação das pessoas, ocorre na medida em que as práticas

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 4: 20-28, 2016.

de reciclagem e reuso façam parte do cotidiano. No entanto, se apresentam como empecilhos as exigências de consumo impostas pela sociedade moderna. Neste contexto, destacou-se a produção dos blocos de anotações (Figura 4) que atendiam aos requisitos de aplicabilidade e praticidade.

Vale destacar que a equipe executora já havia estabelecido parceria com indústria de vestuário e instituições de administração pública municipal da RMVA para garantir o fornecimento de retalhos e caixas de papelão para a continuidade das oficinas educativas.

Conclusões

A proposta da oficina educativa foi motivar os participantes para uma gestão proativa em relação à preservação da biodiversidade. A educação ambiental precisa ser um processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a sociedade e minimizando os impactos ambientais.

A alta receptividade dos participantes da oficina educativa e o nível de conscientização atingido comprovaram que são possíveis avanços a partir da formação de agentes multiplicadores. Torna-se pertinente afirmar que qualquer ação direcionada para a temática ambiental demanda da participação do Sistema Único de Saúde. Trata-se de órgão cuja relevância se manifesta através de sua interação com os atores sociais.

Entende-se que o projeto demanda continuidade se garantindo novos avanços mediante a integração de instituições de ensino superior, empresas e poder público. Ações pontuais perdem em efetividade não contribuindo satisfatoriamente para a formação em cidadania.

Agradecimentos

A Fundação de Amparo e Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro à pesquisa; ao Centro Universitário do Leste de Minas Gerais por tornar possíveis as atividades de extensão universitária em educação ambiental.

Referências

ALMEIDA, N. D.. A saúde no Brasil, impasses e desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. **Rev. Psicol. Saúde** [online]. 2013, vol.5, n.1 [citado 2015-07-05], pp. 01-09.

AUGUSTO, L.G.S.; TAMBELLINI, A.T.; MIRANDA, A.C.; CARNEIRO, F.; CASTRO, H.A.; PORTO, M.F.S.; RIGOTTO, R.M.; SCHÜTZ, G.E. Desafios para a construção da 'Saúde e Ambiente' na perspectiva do seu Grupo Temático da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 19, p. 4081-4089, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, Acesso: 10/05/2015.

DIAS, G.F. **Educação ambiental**. 6.ed. São Paulo: Gaya, 2000.

DORADO, A.J.; ASSUNÇÃO, J.V.; RIBEIRO, H. Diagnóstico Ambiental no Município de Cubatão (SP) como Ferramenta de Avaliação dos Impactos sobre a Saúde Pública. **InterfacEHS** (Ed. português), v. 6, p. 58-73, 2012.

JACOBI, P.R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, I. A Função Social da Educação Ambiental nas Práticas Colaborativas: Participação e Engajamento. **Educação e Sociedade** (Impresso), v. 29, p. 63-79, 2009.

KIND, L.; STRALEN, C.J.V.; GONCALVES, L. La emergencia de concepciones de participación en salud pública. **Revista Chilena de Salud Pública**, v. 16, p. 288, 2012.

KRELL, A.J. Die normative Ausgestaltung des brasilianischen Umweltrechtes und die Hauptprobleme seiner methodisch abgesicherten Anwendung: auf dem Weg zu einer produktiveren Dogmatik. **Jahrbuch des Öffentlichen Rechts der Gegenwart**, v. 62, p. 693-712, 2014.

LIMA, V.C., LIMA, M.R. de, MELO, V. de F., MOTTA, A.C.V., DIONÍSIO, J.A., FAVARETTO, N., SIRTOLI, A.E., CARVALHO, A.R. de, BICCA NETO, H., RODRIGUES, R. Promoção do ensino de solos através de cursos, eventos e publicações de extensão para professores do nível fundamental e médio. **Expressa, Extensão**, Pelotas, v. 8, n. 1-2, jul/dez 2003. CD-Rom.

LUZZI, D.A. **Educação e Meio Ambiente**: uma relação intrínseca. 1. ed. São Paulo: Manole, 2012. v. 1500. 200p.

PAIVA, F.S.; STRALEN, C.J.V. ; COSTA, P.H.A. Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 19, p. 487-498, 2014.

PINTO, J.M.S.; MARTÍN-NOGUERAS, A.; NATIONS, M. Illness experiences of persons with chronic obstructive pulmonary disease: self-perceived efficacy of home-based pulmonary rehabilitation. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP). (Impresso), v. 30, p. 1270-1280, 2014.

QUEIROZ, M.T.A.; SANTOS, S.D.; ANANIAS, H.B. Estudo de Caso: A responsabilidade das Instituições Públicas em Relação à Formação e Manutenção das Brigadas de Voluntários de Incêndios. **Anais** do VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2009.

SILVEIRA, A.R.; BRANTE, A.R.S D. ; STRALEN, C.J.V. Práticas discursivas na participação social e saúde mental. **Saúde em Debate**, v. 38, p. 783-793, 2014.

TAMAIIO, I. A Mediação do professor na construção do conceito de natureza. Campinas, 2000. **Dissertação** (Mestrado) FE/Unicamp.

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 4: 20-28, 2016.